



EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo nº : 047/2021
Modalidade : PREGÃO Nº 026/2021
Tipo : PRESENCIAL
Objeto : AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) ÔNIBUS USADOS

I - PREÂMBULO

1.1 - A Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, com sede à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.493.239/0001-06, através de seu Pregoeiro Oficial, Sr. ADRIANI JORGE DE OLIVEIRA LOPES, designado pela Portaria nº 002/2021 de 04 de janeiro de 2021, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 047/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e, ainda, pelas demais condições estabelecidas no presente EDITAL e seus anexos, que as licitantes devem submeter-se, sem quaisquer restrições:

1.2 - Prazo para apresentação dos envelopes contendo as propostas iniciais e a documentação:

ENTREGA DOS ENVELOPES “01-PROPOSTA” E “02-DOCUMENTAÇÃO”:
LOCAL: Secretaria da CPL – Sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi
Endereço: Avenida JK, nº 91 – Centro – Itanhomi/MG – CEP: 35.120-000
DIA: Até 07 de dezembro de 2021
HORÁRIO: Até às 08:00 h (oito horas)

ABERTURA DOS ENVELOPES “01-PROPOSTA” E “02-DOCUMENTAÇÃO”:
LOCAL: Secretaria da CPL – Sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi
Endereço: Avenida JK, nº 91 – Centro – Itanhomi/MG – CEP: 35.120-000
DIA: 07 de dezembro de 2021
HORÁRIO: A partir das 08:00 h (oito horas)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

II - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, com quilometragem máxima de 600.000 km, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados, poltronas soft, ar condicionado, pneus radiais novos ou seminovos, pintura em bom estado de conservação, revisado parte mecânica, elétrica e capotaria, garantia de 90 (noventa) dias para motor, caixa de marcha e diferencial, documentação em dia, atendendo as exigências do CONTRAN, sem reserva de domínio, disponível para transferência imediata, conforme descrição e especificações técnicas constantes no Termo de Referência deste instrumento (ANEXO I).

2.2 - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

2.2.1 - ANEXO I - Descrição e especificações técnicas do objeto (Termo de Referência);

2.2.2 - ANEXO II - Modelo de carta de credenciamento;

2.2.3 - ANEXO III - Modelo de apresentação da proposta comercial;

2.2.4 - ANEXO IV - Modelo de apresentação da planilha descritiva;

2.2.5 - ANEXO V - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos do edital;

2.2.6 - ANEXO VI - Modelo de declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho;

2.2.7 - ANEXO VII - Modelo de declaração de idoneidade;

2.2.8 - ANEXO VIII - Modelo de declaração de regularidade quanto ao trabalho do menor;

2.2.9 - ANEXO IX - Modelo de declaração assegurando o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;

2.2.10 - ANEXO X - Minuta contratual.



III - DAS RESTRIÇÕES, CONDIÇÕES E REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Das restrições:

3.1.1 - Não poderão participar da presente licitação as empresas que se encontrarem sob falência, consorciada, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública em quaisquer de suas esferas.

3.2 - Das condições:

3.2.1 - Poderão participar da presente licitação todas as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, que adquirirem o EDITAL convocatório até o penúltimo dia útil da data marcada para abertura dos envelopes, por meio de expediente entregue no Departamento Municipal de Licitação, aos cuidados do Pregoeiro Municipal, designado no preâmbulo deste edital.

3.2.2 - Para consulta e conhecimento dos interessados, o EDITAL permanecerá afixado no quadro de avisos localizado no saguão da Prefeitura Municipal de Itanhomi. Cópia do edital poderá ser obtida junto à Equipe de Apoio ao Pregão, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, dentro dos prazos previstos neste instrumento, ou através do site: <http://transparencia.itanhomi.mg.gov.br>.

3.3 - Dos requisitos para as licitantes:

3.3.1 - As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para abertura dos envelopes “PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO”.

3.3.2 - O envelope “02”, contendo a DOCUMENTAÇÃO relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e declarações (de acordo com os anexos deste instrumento), deverá conter:



3.3.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.3.2.1.1 - Conforme o caso consistirá em:

- a)-** Cópia da Cédula de Identidade e CPF do representante legal da licitante;
- b)-** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c)-** Ato constitutivo inicial, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor (última alteração), devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- d)-** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e)-** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3.2.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a)-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)-** Alvará de Licença para Localização e Funcionamento da empresa;
- c)-** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- d)-** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal);
- e)-** Certidão Negativa de Débito (CND) quanto a Dívida Ativa da União, junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- f)-** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;



- g)-** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- h)-** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- i)-** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, a no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data prevista para entrega dos envelopes;

3.3.2.2.1 - Quando não houver prazo de validade fixado nos documentos mencionados nas alíneas de “b” a “i” do subitem anterior, será considerada a validade de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão dos mesmos.

3.3.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a)- Certidão Judicial Cível Negativa, expedida através da internet ou por órgão competente do Poder judiciário da comarca da sede da pessoa jurídica, a no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.3.2.4 - DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS DO VEÍCULO:

a)- Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho (ANEXO VI);

b)- Declaração de IDONEIDADE, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública em quaisquer de suas esferas (ANEXO VII);

c)- Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também menor de dezesseis anos, de acordo com o Decreto Federal 4.358 de 05 de setembro de 2002 (ANEXO VIII);

d)- Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando que a empresa cumpre as normas de saúde e segurança no trabalho (ANEXO IX);



e)- Certificado de Registro de Veículo (CRV) para fins de transferência;

f)- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);

g)- Certidão de multa e outras pendências – (nada consta veículo).

3.3.3 - Os documentos necessários à habilitação da licitante poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração mediante conferência da cópia com o original.

3.3.4 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados no ato de abertura dos envelopes “02-DOCUMENTAÇÃO”.

3.3.5 - Os documentos retirados pela INTERNET terão sua autenticidade certificada junto aos sites dos órgãos emissores.

3.3.6 - A ausência de documentos ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título **DESCCLASSIFICARÁ AUTOMATICAMENTE** a proponente.

3.3.7 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas.

IV - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o representante legal da proponente deverá se apresentar para **CREDENCIAMENTO**, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar do certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:



4.2.1 - Tratando-se de sócio ou proprietário da empresa, cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social, juntamente com a última alteração estatutária ou contratual, ou ainda, outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.2.2 - Tratando-se de representante legal, os documentos descritos no subitem anterior, de acordo com o enquadramento da empresa, e a CARTA DE CREDENCIAMENTO, conforme modelo constante no ANEXO II deste edital, com firma reconhecida em cartório competente, de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente;

4.2.3 - Tratando-se de procurador, os documentos descritos no subitem **4.2.1**, de acordo com o enquadramento da empresa, e a PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório competente, de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, na qual constem amplos poderes para participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021 (ou de forma genérica para licitações em geral), podendo para tanto interpor recursos e desistir de sua interposição, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.3 - Juntamente com os documentos exigidos para o CREDENCIAMENTO, deverá ser apresentada DECLARAÇÃO da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de que a mesma aceita as exigências do EDITAL e atende plenamente seus requisitos, conforme modelo constante no ANEXO V deste instrumento.

4.4 - Os documentos para o credenciamento e a declaração descrita no item anterior deverão ser apresentados separados dos envelopes 01-Proposta Comercial e 02-Documents de Habilitação.

4.5 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas 01 (uma) empresa.



V - DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES

5.1 - A PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes distintos, indevassáveis e lacrados, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE “01-PROPOSTA COMERCIAL”

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021

ABERTURA: DIA 07/12/2021 ÀS 08:00 HORAS

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: _____

CNPJ/MF Nº: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

A/C Sr. ADRIANI JORGE DE OLIVEIRA LOPES (PREGOEIRO OFICIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

AVENIDA JK, Nº 91 – CENTRO – ITANHOMI/MG – CEP: 35.120-000

ENVELOPE “02-DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021

ABERTURA: DIA 07/12/2021 ÀS 08:00 HORAS

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: _____

CNPJ/MF Nº: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

A/C Sr. ADRIANI JORGE DE OLIVEIRA LOPES (PREGOEIRO OFICIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

AVENIDA JK, Nº 91 – CENTRO – ITANHOMI/MG – CEP: 35.120-000



VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO

6.1 - Não será admitido o encaminhamento da PROPOSTA COMERCIAL e/ou DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO via fax ou por e-mail.

6.2 - Após o recebimento dos envelopes pela Equipe de Apoio ao Pregão, não serão aceitos pedidos de juntadas ou substituição de quaisquer documentos, retificação de preços ou de condições.

6.3 - A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto a seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo, não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

6.4 - Após o horário estabelecido, a Equipe de Apoio ao Pregão, não receberá envelopes contendo PROPOSTA COMERCIAL ou DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de nenhuma empresa retardatária, independente da alegação e pretextos causadores do atraso.

VII - DO ENVELOPE 01-PROPOSTA COMERCIAL

7.1 - O envelope 01- PROPOSTA deverá conter a Proposta Comercial e o Relatório de Especificações, datilografados ou processados em computador, redigido em português, de forma clara e detalhada, isenta de emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, devidamente datada e assinada ao seu final, contendo, sob pena de desclassificação:

7.1.1 - Indicação da razão social, endereço completo, inscrição estadual e CNPJ da proponente;

7.1.2 - Número do Processo Licitatório e do Pregão Presencial;

7.1.3 - Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações exigidas;

7.1.4 - Preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo arábico e por extenso (somente o preço total), apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, de forma clara e precisa, limitando-se rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou quaisquer outras condições que induza o julgamento a



ter mais de um resultado. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, combustíveis, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas ao fornecimento do objeto da presente licitação;

7.1.5 - Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da abertura do envelope proposta;

7.1.6 - Prazo da entrega: 05 (cinco) dias a partir da expedição da Ordem de Fornecimento;

7.1.7 - Local da entrega: Sede do Município de Itanhomi-MG (Pátio da Prefeitura Municipal);

7.1.8 - Data, carimbo, assinatura e identificação do signatário.

7.2 - Não serão consideradas propostas alternativas ou que ofereçam descontos ou vantagens em relação às demais propostas.

7.3 - O envelope “01-PROPOSTA COMERCIAL” deverá ser apresentado de acordo com os modelos constantes nos ANEXOS III e IV deste edital. Neste envelope deverá ser apresentado ainda a FICHA TÉCNICA com todas as especificações e informações do veículo.

VIII - DO ENVELOPE 02-DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - No envelope 02-DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que será apresentado indevassável, mediante fecho ou lacre, rubricado no local de fechamento, deverão ser apresentados os documentos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou pelos membros da Equipe de Apoio ao Pregão, mediante apresentação dos originais para confronto ou publicação em órgão de imprensa oficial.

8.2 - Os documentos de que fala o item anterior são os exigidos no item **3.3**, seus subitens e suas alíneas.

8.3 - Os documentos originais apresentados para autenticação, serão devolvidos pela Equipe de Apoio ao Pregão, após sua conferência pelos interessados.



IX - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1 - O Pregão Presencial será processado e julgado de acordo com os procedimentos estabelecidos na Lei Federal nº 10.520/02 e artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 - A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro ADRIANI JORGE DE OLIVEIRA LOPES, realizada no local, dia e horário já determinados no item **1.2** deste EDITAL.

9.3 - Nos termos deste EDITAL, o interessado, ou seu representante legal, deverá comprovar possuir poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.4 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novas proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e Documentação, exclusivamente das participantes devidamente credenciadas.

9.5 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

9.5.1 - Abertos os envelopes de PROPOSTAS COMERCIAIS, cujos documentos serão rubricados, lidos, conferidos e analisados pelo Pregoeira e pelas licitantes que assim desejar, verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

9.5.2 - Após a abertura dos envelopes contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS, o Pregoeiro classificará a licitante autora da proposta de MENOR PREÇO OFERTADO, e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.



9.5.3 - Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que suas proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

9.6 - LANCES VERBAIS:

9.6.1 - Às licitantes classificadas, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pela última classificada e prosseguindo-se com as demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

9.6.2 - Os lances verbais a que se refere o subitem anterior destinam-se a cobrir a oferta da primeira classificada, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances de igual valor.

9.6.3 - O empate entre 02 (duas) ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver empate entre as propostas escritas e quando nenhuma das demais licitantes classificadas apresentar proposta verbal inferior a estas. Neste caso o desempate ocorrerá através de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente PREGÃO.

9.6.4 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo PREGOEIRO, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.7 - JULGAMENTO:

9.7.1 - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO ofertado pelo LOTE ÚNICO.

9.7.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas ofertadas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.



9.7.2.1 - Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço ofertado pelo LOTE ÚNICO e o valor estimado do objeto cotado;

9.7.2.2 - Em havendo apenas 01 (UMA) OFERTA e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.7.3 - Sendo aceitável a oferta de menor preço pelo LOTE ÚNICO, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias com base na documentação apresentada.

9.7.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada pelo Pregoeiro a LICITANTE vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

9.7.5 - Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou se a sua autora não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação da proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela ADJUDICADO o objeto deste edital, para a qual apresentou proposta.

9.7.6 - Apurada a melhor proposta que atenda ao EDITAL, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

9.7.7 - A licitante declarada vencedora deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de 48:00 h (quarenta e oito) horas após o encerramento deste PREGÃO, nova proposta escrita com o preço do objeto licitado pela empresa, cujo valor resultou do lance verbal final ofertado.

9.7.8 - A **DIFERENÇA** entre o preço proposto inicial (escrito) e o preço final ofertado na etapa de lances, será transformada em percentual de desconto, que será aplicado e subtraído em todos os itens da PLANILHA INICIAL DE PREÇOS, sem discriminação, sendo o valor do desconto proporcional ao valor unitário de cada item.



9.8 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, no final, será assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio ao Pregão e pelos representantes das licitantes presentes.

9.9 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, às licitantes, julgadas desclassificadas, os envelopes “01-DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9.10 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades mencionadas no ITEM 16 deste EDITAL.

9.11 - Será admitida apenas 01 (uma) licitante vencedora.

9.12 - Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta e que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos das demais licitantes.

9.13 - Será publicado no quadro de avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI, o resultado desta licitação com a classificação das licitantes.

X - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

10.2 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do edital no prazo de 24:00 h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no § 1º do artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

10.3 - Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



XI - DOS RECURSOS

11.1 - No final da sessão, após declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - A licitante poderá também apresentar as razões do RECURSO no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todas as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3 - A falta de manifestação IMEDIATA e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.4 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XII - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro ADJUDICARÁ o objeto da licitação à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente (incisos XV e XX, do artigo 11, do Decreto nº 3.555/00 e incisos XX e XXI, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

12.2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente ADJUDICARÁ o objeto à licitante vencedora e HOMOLOGARÁ o procedimento licitatório.



XIII - DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

13.1 - O CONTRATO regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelas disposições deste EDITAL e seus anexos e pelos preceitos do Direito Público.

13.2 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proponente vencedora, será convocado para firmar o termo de contrato, conforme minuta contratual constante no ANEXO X deste EDITAL.

13.2.1 - A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato;

13.2.2 - Caso a adjudicatária não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocadas as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

13.3 - O representante legal da empresa vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação para tal, através de FAX, correio eletrônico ou remessa postal.

13.4 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13.5 - O contrato respectivo terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo sofrer alterações nos termos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que satisfeitas as exigências legais, regulamentares e previamente justificadas.

13.6 - Ao assinar o contrato respectivo a CONTRATADA se compromete a entregar os VEÍCULOS no pátio da Prefeitura Municipal de Itanhomi.

13.7 - O contrato firmado com o Município não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem autorização da contratante por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

XIV - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1 - O CONTRATO conterà cláusula de rescisão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial e poderá ocorrer pelo seguinte:

14.1.1 - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados nos incisos de I a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

14.1.2 - Amigável, mediante consentimento da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração;

14.1.3 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

14.2 - Além das hipóteses anteriores, poderá o Município rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, concordata, dissolução, insolvência da empresa contratada e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

XV - DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1 - O Município de Itanhomi, através da Secretaria Municipal da Fazenda, realizará o pagamento da seguinte forma:

15.1.1 - Em moeda corrente do país;

15.1.2 - À VISTA, no ato da entrega do objeto, após a devida conferência e aceitação do mesmo por servidor qualificado e protocolo da respectiva fatura junto à Secretaria Municipal da Fazenda;

15.1.3 - Mediante a apresentação dos documentos fiscais e tributários devidos, nos termos das legislações pertinentes em vigor, referente ao objeto licitado;

15.1.4 - Através de cheque nominal, boleto bancário, ficha de compensação, transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente da adjudicatária;



15.2 - Caso, por culpa do Município, o pagamento da nota fiscal fatura não seja efetuado no prazo previsto no subitem **15.1.2**, será devida uma atualização monetária pela variação do IGPM, a partir do último dia em que a Prefeitura deveria ter efetuado o mesmo, até a data do efetivo pagamento. Será emitida, conseqüentemente, uma outra nota fiscal correspondente.

15.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados, sem ônus adicional para o Município.

15.4 - Somente após o cumprimento de todas as exigências contidas neste instrumento, será contado o prazo para a liberação do pagamento.

15.5 - O preço ofertado para o fornecimento dos VEÍCULOS não sofrerá reajuste durante o período de vigência do CONTRATO.

XVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - A recusa da adjudicatária em assinar o CONTRATO, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o atraso e a execução parcial ou total do contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções:

16.1.1 - Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

16.1.2 - Multas;

16.1.3 - Rescisão unilateral do CONTRATO sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

16.1.4 - Suspensão temporária do direito de licitar com a CONTRATANTE;

16.1.5 - Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outra licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

16.1.6 - Declaração de INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo não superior a 05 (cinco) anos.

16.2 - As multas serão aplicadas à razão de 0,1% (hum décimo por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto.

16.3 - O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

16.4 - As sanções previstas neste CAPÍTULO poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

16.5 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES:

16.5.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

a)- Retardarem a execução do PREGÃO;

b)- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

c)- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

XVII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

17.1.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a)- Ficha 130: 02.05.01.12.361.0010.1009.449052-00 – Fonte: 1.01.00, 1.22.00, 1.47.00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Este EDITAL deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2 - Será dada vista às proponentes interessadas tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do objeto ofertado, bem como solicitar a ÓRGÃOS competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.4 - É vedado à licitante retirar sua PROPOSTA ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

18.5 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.6 - A ADJUDICATÁRIA não poderá ceder o CONTRATO, total ou parcialmente, a terceiros, em qualquer hipótese. Não poderá, ainda, subcontratar, total ou parcialmente, as atividades que constituam objeto deste CONTRATO, salvo prévio, expresso e formal consentimento do município de Itanhomi. A subcontratação autorizada não modificará a integral responsabilidade da Adjudicatária pela execução satisfatória do objeto.

18.7 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

18.8 - O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.



18.9 - A participação neste PREGÃO, implicará aceitação integral e irrevogável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

18.10 - O EDITAL poderá ser obtido junto ao Departamento Municipal de Licitação, no prédio da Prefeitura Municipal, à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG – CEP: 35.120-000, até o penúltimo dia útil designado para recolhimento dos envelopes, ou através do site: <http://transparencia.itanhomi.mg.gov.br>.

18.10.1 - Os interessados poderão escolher entre a forma de impressão gráfica, gravação eletrônica ou envio de e-mail, desde que formalmente solicitado ao Pregoeiro Oficial.

18.11 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestados pelo PREGOEIRO, no horário de 07:00 às 11:00 horas e de 12:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira, no endereço descrito no subitem **18.10**, ou pelos telefones / FAX (33) 3231-1342 ou 3231-1345, ou através do e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com.

18.12 - Fica eleito o foro da Comarca de Itanhomi-MG, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 22 de novembro de 2021.

ADRIANI JORGE DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro Oficial



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

1 - INTRODUÇÃO:

1.1 - Em cumprimento a Lei nº 10.520/2002, artigo 3º, II; ao artigo 8º, anexo I do Decreto nº 3.555/2000, elaboramos o presente Termo de Referência para que através do procedimento licitatório pertinente, seja efetuada a devida aquisição, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itanhomi.

2 - DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO APLICADA:

2.1 - A modalidade da licitação será PREGÃO PRESENCIAL e para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no EDITAL, conforme inciso X do artigo 4º da Lei Federal 10.520/2002.

2.2 - A razão da escolha da modalidade de licitação Pregão Presencial se concretiza com os resultados que a Administração Pública Municipal vem alcançando com a prática dessa modalidade no decorrer dessa gestão. O atingimento de índices satisfatórios nos procedimentos de compras e principalmente com relação aos aspectos de preço e celeridade (*inversão de fases, redução de prazos e possibilidade de ofertar lances*) justificam a nossa escolha.

2.3 - Outra vantagem é a simplificação das atividades do Pregoeiro, como, por exemplo, organizar os lances. Outro aspecto relevante é a possibilidade de licitar objetos comuns a todas as unidades administrativas da Prefeitura. Por fim, está presente na escolha o princípio da eficiência contemplado no caput do artigo 37 da Constituição Federal.



2.4 - O tipo de licitação sugerida é o MENOR PREÇO GLOBAL que entendemos ser a melhor forma para a escolha do vencedor da licitação. Por se tratar da modalidade Pregão não há como afastar a disputa única e exclusivamente por preço, considerando que todas as especificações e condições já estão definidas neste Termo de Referência.

2.5 - Quando o Pregoeiro entender que determinado produto atingirá valores inexequíveis ou seja, impraticáveis no mercado e assim colocando em risco o procedimento de licitação, deverá durante a sessão alertar quanto à exequibilidade da oferta, definindo o limite de lances aceitáveis como exequível. Caso ocorra empate de dois ou mais licitantes, procederá o sorteio. No entanto, se algum licitante entender que tem como comprovar a exequibilidade da sua proposta, o pregoeiro abrirá prazo para que o mesmo comprove mediante documento de compra do produto emitida antes da oferta, em valor abaixo do valor ofertado, apurando sua margem de lucro.

2.6 - A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é no sentido de que o Pregoeiro Oficial, antes de declarar a inexequibilidade de propostas, permita que os licitantes comprovem a sua exequibilidade (*Acórdão 1.100/2008 - Plenário*). A prova da exequibilidade da proposta é um direito da Administração e uma segurança para o licitante, pois não terá prejuízos com a futura contratação.

2.7 - O edital deverá deixar claro o tipo de licitação que será utilizado como critério de seleção das propostas. Exemplificando: O menor preço a ser utilizado quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração determinar que será o vencedor o participante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar menor preço exequível.

2.8 - Estará sempre à disposição dos licitantes a pesquisa de preços realizada pela Administração e utilizada como referência do certame. O balizamento de preço médio baseado na pesquisa de preços do mercado reflete de forma fidedigna e confiável, sendo consideradas as características do Município e as distâncias de grandes centros comerciais.

2.9 - Quando o Pregoeiro verificar que a formação de preço demonstrada no processo é confiável e suspeitar que os valores ofertados nos lances pelos licitantes configuram inexequibilidade das propostas (*lances*), deverá registrar em ata e determinar que será adjudicado o objeto somente após a comprovação



da exequibilidade das propostas, estabelecer o prazo de 03 (três) dias para que os licitantes que ofertaram valores até o limite de exequibilidade definido pelo mesmo, demonstrem a comprovação de exequibilidade de suas propostas (*lances*). O Pregoeiro não deverá adjudicar propostas que não demonstrarem exequibilidade, devendo declarar a licitação fracassada e remeter a autoridade competente

2.10 - É dever legal admitir a permanência de licitantes que se apresentem em condições de executar o contrato a ser oportunamente celebrado, contrato este que deve respeitar as características de onerosidade e comutatividade típica dos Contratos Administrativos.

3 - DO OBJETO:

3.1 - O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, com quilometragem máxima de 600.000 km, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados, poltronas soft, ar condicionado, pneus radiais novos ou seminovos, pintura em bom estado de conservação, revisado parte mecânica, elétrica e capotaria, garantia de 90 (noventa) dias para motor, caixa de marcha e diferencial, documentação em dia, atendendo as exigências do CONTRAN, sem reserva de domínio, disponível para transferência imediata.

4 - DA JUSTIFICATIVA:

4.1 - Primeiramente, compete destacar que a legalidade dos atos é uma condição para o bom andamento dos procedimentos administrativos e, por esta razão, para que a Administração desenvolva de forma eficiente e célere a sua missão de melhor prestação de serviço ao cidadão, faz se necessário à contratação de empresa fornecedora do objeto acima referenciado.

4.2 - Considerando que o Município de Itanhomi-MG, assim como muitos outros Municípios da região, necessitam de um crescimento estrutural para melhorar a locomoção, acomodação e a qualidade de vida de sua população, buscamos sempre melhorar a oferta de serviços públicos para atender nossos alunos de forma digna e eficiente, como merecem, para garantia da continuidade dos estudos e consequentemente garantia de um futuro com melhores perspectivas no mercado de trabalho.



4.3 - Justifica-se o presente pleito pela necessidade de ampliação da frota de veículos destinados ao transporte escolar. A Secretaria Municipal de Educação necessita que seja adquirido 02 (dois) veículos tipo ÔNIBUS modelo rodoviário, para atendimento do transporte diário dos alunos matriculados nas Escolas da Rede Pública deste Município de Itanhomi-MG.

4.4 - Aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) alunos se encontram regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino e para realizar o transporte escolar são percorridas estradas não pavimentadas, muitas vezes em condições não adequadas, devido as intempéries e ao relevo acidentado da região, para que assim os estudantes possam frequentar as aulas, sem o qual não teriam acesso à escola. Muitos alunos que residem na zona rural têm a necessidade de transporte diário até as escolas localizadas na sede do Município e mesmos nos Distritos, sendo impossível pensar a educação de Itanhomi sem a realização do transporte escolar. Desta forma muitas famílias dependem totalmente desse serviço para que seus filhos estudem, não sendo possível a interrupção em nenhum dia do referido serviço.

4.5 - É notável a importância social do transporte escolar oferecido aos alunos das escolas públicas, pois consiste muitas vezes no único meio de atender às necessidades de deslocamento destes alunos residentes na zona rural para iniciar, continuar e concluir seus estudos com êxito. O transporte escolar dos filhos é uma preocupação de muitos pais, pois devido ao trabalho ou de outras atividades nem sempre é possível assumir o compromisso de levar as crianças diariamente até as escolas. Nesses casos, os alunos necessitam de transporte para a locomoção até as instituições de ensino, sendo que o transporte escolar é obrigação assumida pela Prefeitura Municipal de Itanhomi, que possui motoristas qualificados e especializados para realizar este serviço. O acesso dos alunos à Educação se constitui em um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 206, inciso I, complementado pelo artigo 208, inciso VII, garante, entre outros benefícios, o transporte escolar para os estudantes. Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente são outros instrumentos que garantem o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, obrigando o Poder Público ao cumprimento dos ditames legais. O objetivo é atender adequadamente todos os alunos da rede municipal e para tanto, precisamos efetivar a referida aquisição, pois quando oferecemos um ensino de qualidade, as crianças participam e se concentram melhor nas aulas, tendo maiores chances de obter rendimento escolar significativo, que é o objetivo maior desta Administração.



5 - DAS ESPECIFICAÇÕES:

5.1 - Descrição e especificações técnicas dos veículos (ÔNIBUS) e valor de referência:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QUANT.	PREÇO EM R\$	
				UNIT.	TOTAL
01	<p><u>VEÍCULO USADO</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo ônibus modelo rodoviário• Ano de fabricação 2011 ou superior• Quilometragem máxima de 600.000 km• Motor turbo dianteiro movido a diesel• Potência mínima de 170 CV• Direção hidráulica• Freios a ar• Carroceria cabinada• Capacidade mínima para 42 passageiros sentados• Poltronas soft• Ar condicionado• Pneus radiais novos ou seminovos• Pintura em bom estado de conservação• Revisado parte mecânica, elétrica e capotaria• Garantia de 90 (noventa) dias para motor, caixa de Marcha e diferencial• Documentação em dia• Atendendo as exigências do CONTRAN• Sem reserva de domínio• Disponível para transferência imediata	UN	02	220.000,00	440.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

6 - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE:

6.1 - O Município de Itanhomi, através da Secretaria Municipal da Fazenda, realizará o pagamento dos VEÍCULOS da seguinte forma:

6.1.1 - Em moeda corrente do país;

6.1.2 - À VISTA, no ato da entrega dos VEÍCULOS, após a devida conferência e aceitação dos mesmos por servidor qualificado e protocolo da respectiva fatura junto à Secretaria Municipal da Fazenda;

6.1.3 - Mediante a apresentação dos documentos fiscais e tributários devidos, nos termos das legislações pertinentes em vigor, referente ao objeto licitado;

6.1.4 - Através de cheque nominal, boleto bancário, ficha de compensação, transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente da adjudicatária;

6.2 - Caso, por culpa do Município, o pagamento da nota fiscal fatura não seja efetuado no prazo previsto no subitem **6.1.2**, será devida uma atualização monetária pela variação do IGPM, a partir do último dia em que a Prefeitura deveria ter efetuado o mesmo, até a data do efetivo pagamento. Será emitida, conseqüentemente, uma outra nota fiscal correspondente.

6.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados, sem ônus adicional para o Município.

6.4 - Somente após o cumprimento de todas as exigências contidas neste instrumento, será contado o prazo para a liberação do pagamento.

6.5 - O preço ofertado para o fornecimento dos VEÍCULOS não sofrerá reajuste durante o período de vigência do CONTRATO respectivo.

7 - DA GESTÃO DO CONTRATO:

7.1 - Nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, a gestão e fiscalização do CONTRATO respectivo e seu objeto serão realizados pela Prefeitura Municipal de Itanhomi por meio de servidor expressamente nomeado através de PORTARIA expedida pelo Gabinete do Prefeito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 - As despesas oriundas do presente Termo de Referência correrão por conta de dotação orçamentária prevista e indicada no orçamento vigente deste município, conforme Lei Municipal nº 1.843 de 03 de novembro de 2020, sob os seguintes códigos:

8.1.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a)- Ficha 130: 02.05.01.12.361.0010.1009.449052-00 – Fonte: 1.01.00, 1.22.00, 1.47.00.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 - As responsabilidades resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo CONTRATO firmado entre as partes;

9.3 - Entregar os VEÍCULOS no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato respectivo;

9.4 - Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.5 - Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento dos VEÍCULOS;

9.6 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

9.7 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1 - As responsabilidades resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste instrumento;

10.3 - Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos VEÍCULOS seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência;

10.4 - Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no processo de fornecimento dos VEÍCULOS;

10.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos VEÍCULOS;

10.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.7 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;

10.8 - Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva dos VEÍCULOS;

10.9 - Publicar no Órgão de Imprensa Oficial dos Municípios Mineiros e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, o extrato do CONTRATO e suas possíveis alterações.

11 - DAS PENALIDADES:

11.1 - O atraso injustificado na entrega dos VEÍCULOS sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 0,1% (hum décimo por cento) sobre o valor global do CONTRATO, para cada dia de atraso, observado o limite máximo de 10% (dez) por cento do valor do contrato.



11.1.1 - A multa de que trata o item anterior não impedirá a rescisão unilateral do contrato pela Prefeitura e à aplicação de outras sanções.

11.2 - Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a Prefeitura Municipal poderá aplicar à contratada as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

11.2.1 - Advertência;

11.2.2 - Multa meramente moratória, como previsto no item 11.1, ou multa penalidade de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão por causa imputável à CONTRATADA;

11.2.3 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

11.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município.

11.3 - As sanções estabelecidas nos itens 11.1.1 e 11.2.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 10.2.2, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.4 - A sanção prevista no item 11.2.4 é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, podendo ser aplicada juntamente com a do item 11.2.2 facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vista.

11.5 - As multas serão descontadas do pagamento devido e decorrente do respectivo contrato ou, em caso contrário, serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação administrativa, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.6 - Os valores das multas serão convertidos em INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) na data de sua aplicação e corrigidas mensalmente.

11.7 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.



12 - DA RESCISÃO DO CONTRATO:

12.1 - O CONTRATO respectivo poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

13 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

13.1 - O CONTRATO a que se refere este Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo sofrer alterações nos termos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que satisfeitas as exigências legais, regulamentares e previamente justificadas.

14 - DA ENTREGA DOS VEÍCULOS:

14.1 - Os VEÍCULOS, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues no ALMOXARIFADO da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado a partir da expedição da NAF (Nota de Autorização de Fornecimento).

14.2 - Os VEÍCULOS serão recebidos pelo FISCAL DO CONTRATO juntamente com apresentação de toda documentação exigível ou que venham a ser exigidos de acordo com as normas constantes no Código de Transito Brasileiro.

14.3 - Os custos do transporte dos VEÍCULOS deverão estar incluídos na PROPOSTA, estando o Município isento de quaisquer ônus que venha a ser gerado.

14.4 - Ao Município de Itanhomi fica concedido o direito de adquirir os VEÍCULOS em datas diferentes, ou mesmo, adquirir apenas somente um VEÍCULO, caso seja este o interesse da Administração na ocasião.

14.5 - Será exigido que a empresa vencedora traga os veículos para avaliação em oficina mecânica indicada pelo Município de Itanhomi para realização de vistoria geral, visando ao atendimento das exigências do edital.

14.6 - Deverá estar à disposição para entrega imediata e transferência de documento sem qualquer impedimento para que o Município possa fazer uso de imediato.



14.7 - Deverá ser ofertado uma garantia de 90 (noventa) dias do motor, caixa de marcha e diferencial, com todos os acessórios obrigatórios previstos pela Lei de Trânsito Brasileiro.

14.8 - No prazo referido no item **14.1**, poderá a Prefeitura Municipal de Itanhomi verificar a qualidade dos VEÍCULOS, a sua aceitação e solicitar, se necessário, exame de técnicos especializados.

15 - DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

15.1 - Este Termo de Referência foi elaborado pela Sr^a. MARLUCILEI DA SILVA ALVES OLIVEIRA (Secretária Municipal de Educação) e pelo Sr. Pedro Júlio Medeiros do Carmo (Chefe de Transporte).

16 - DA RESPONSABILIDADE PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

16.1 - Este Termo de Referência foi aprovado pelo Ordenador de Despesas: Dr. RAIMUNDO FRANCISCO PENAFORTE (Prefeito Municipal), para que produza seus efeitos legais.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 22 de novembro de 2021.

ADRIANI JORGE DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro Oficial



ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados.

Pelo presente instrumento **CREDENCIAMOS** o(a) Sr.(a) _____,
(nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____, expedida pela SSP/_____ – inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente
e domiciliado(a) à Rua/Avenida _____, nº _____ – Bairro _____
– Município de _____, para participar das reuniões relativas ao PROCESSO
LICITATÓRIO acima referenciado, a quem conferimos amplos poderes para junto à Prefeitura Municipal
de Itanhomi-MG praticar os atos necessários para representar a outorgante, usando dos recursos legais,
podendo para tal requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da licitante, desistir de
recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir,
desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, enfim, praticar todos os atos necessários
ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

_____, _____ de _____ de 2021.

Atenciosamente,

ASSINATURA DO TITULAR DA EMPRESA

Obs.: Carimbo padronizado da empresa – utilizar formulário personalizado da empresa.



ANEXO III

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

À
Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG
Att. Adriani Jorge de Oliveira Lopes – Pregoeiro Oficial

A empresa _____, com sede à Rua/Avenida _____, nº _____
– Bairro _____ – Município de _____/UF, inscrita no CNPJ/MF sob
o nº _____ vem apresentar sua PROPOSTA COMERCIAL, referente ao processo licitatório
acima referenciado, que tem por objeto a aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário,
ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção
hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados, conforme
descrição e especificações técnicas constantes no Termo de Referência (ANEXO I) do EDITAL convocatório.

DECLARAMOS que no preço proposto encontra-se incluído todos os tributos, encargos sociais, frete até o
destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente
licitação e que concordamos plenamente com os termos do EDITAL e seus anexos.

01) Propomos para o fornecimento do objeto acima descrito, o valor total de R\$ _____ (_____
_____), conforme **Relatório de Especificações** em anexo.

02) Forma de pagamento: CONFORME EDITAL.

03) Prazo de validade da proposta: 60 (SESSENTA) DIAS.

04) Prazo da entrega: 05 (CINCO) DIAS A PARTIR DA EXPEDIÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

05) Local da entrega: SEDE DO MUNICÍPIO DE ITANHOMI-MG (PÁTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL).

_____, ____ de _____ de 2021.

Atenciosamente,

ASSINATURA DO TITULAR DA EMPRESA

Obs.: Carimbo padronizado da empresa – utilizar formulário personalizado da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

ANEXO IV

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DESCRITIVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QUANT.	PREÇO EM R\$	
				UNITÁRIO	TOTAL
01	<p><u>VEÍCULO USADO</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo ônibus rodoviário• MARCA: _____• MODELO: _____• Ano de fabricação _____• Quilometragem de _____ km• Motor turbo dianteiro movido a diesel• Potência de _____ CV• Direção hidráulica• Freios a ar• Carroceria cabinada• Capacidade para _____ passageiros sentados• Poltronas soft• Ar condicionado• Pneus radiais novos ou seminovos• Pintura em bom estado de conservação• Revisado parte mecânica, elétrica e capotaria• Garantia de 90 (noventa) dias para motor, caixa de Marcha e diferencial• Documentação em dia• Atendendo as exigências do CONTRAN• Sem reserva de domínio• Disponível para transferência imediata	UN	02		
TOTAL GERAL					

_____, ____ de _____ de 2021.

ASSINATURA DO TITULAR DA EMPRESA

Obs.: Carimbo padronizado da empresa – utilizar formulário personalizado da empresa.



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

AOS REQUISITOS DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados.

Eu, _____, _____ (nacionalidade), _____
(estado civil), _____ (profissão), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____,
expedida pela SSP/____ – inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) à
Rua/Avenida _____, nº _____ – Bairro _____
– Município de _____, neste ato, como representante legal da empresa
_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, interessada
em participar do Processo Licitatório nº 047/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, da
Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, **DECLARO**, que a mesma aceita as normas do EDITAL e atende
plenamente seus requisitos, no que diz respeito à habilitação, proposta comercial e demais exigências.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

ASSINATURA DO TITULAR DA EMPRESA

Obs.: Carimbo padronizado da empresa – utilizar formulário personalizado da empresa.



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados.

Eu, _____, _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela SSP/____ – inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua/Avenida _____, nº _____ – Bairro _____ – Município de _____, neste ato, como representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, interessada em participar do Processo Licitatório nº 047/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que, nos termos do parágrafo 6º do artigo 27 da Lei Estadual nº 6544/89, de 22 de novembro de 1989, que a empresa acima citada, encontra-se em situação regular perante o MINISTÉRIO DO TRABALHO, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

ASSINATURA DO TITULAR DA EMPRESA

Obs.: Carimbo padronizado da empresa – utilizar formulário personalizado da empresa.



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados.

DECLARAMOS, para os devidos fins e efeitos legais, na qualidade de PROPONENTE do Procedimento Licitatório da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, acima referenciado, de que não fomos declarados INIDÔNEOS para licitar ou contratar com o Poder Público em quaisquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

ASSINATURA DO TITULAR DA EMPRESA

Obs.: Carimbo padronizado da empresa – utilizar formulário personalizado da empresa.



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

QUANTO AO TRABALHO DO MENOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados.

DECLARAMOS, para os devidos fins e efeitos legais, que esta empresa cumpre integralmente as normas contidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do artigo 7º, inciso XXXIII, a saber:

“(...) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos”.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

ASSINATURA DO TITULAR DA EMPRESA

Obs.: Carimbo padronizado da empresa – utilizar formulário personalizado da empresa.



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO ASSEGURANDO O CUMPRIMENTO

DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021
ABERTURA: Dia 07/12/2021 às 08:00 horas

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 2011 ou superior, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade mínima para 42 passageiros sentados.

Eu, _____, _____ (nacionalidade), _____
(estado civil), _____ (profissão), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____,
expedida pela SSP/____ – inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) à
Rua/Avenida _____, nº _____ – Bairro _____
– Município de _____, neste ato, como representante legal da empresa
_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____,
interessada em participar do Processo Licitatório nº 047/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº
026/2021, da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que a empresa
acima citada, cumpre as normas de SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

ASSINATURA DO TITULAR DA EMPRESA

Obs.: Carimbo padronizado da empresa – utilizar formulário personalizado da empresa.



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

Termo de CONTRATO referente à aquisição de dois veículos usados, marca _____, modelo _____, tipo ônibus rodoviário, ano de fabricação 20____, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITANHOMI-MG e a empresa _____.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.493.239/0001-06, sediada à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Dr. RAIMUNDO FRANCISCO PENAFORTE, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº MG-364.982 – expedida pela Pol. Civil/MG – inscrito no CPF sob o nº 173.934.506-15, residente e domiciliado à Travessa Inimá de Paula, nº 102 – Centro – neste Município de Itanhomi-MG.

CONTRATADA: _____

_____, CONTRATO este cuja celebração foi autorizada em conformidade com o Processo Licitatório nº 047/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, com fundamento nas Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, tendo justo e pactuado o que se segue, mediante as cláusulas e condições infra-enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente CONTRATO a aquisição de 02 (dois) veículos usados, marca _____, modelo _____, tipo ônibus modelo rodoviário, ano de fabricação 20____, com quilometragem de _____ km, motor turbo dianteiro movido a diesel, com potência de _____ CV, direção hidráulica, freios a ar, carroceria cabinada com capacidade para _____ passageiros sentados,



poltronas soft, ar condicionado, pneus radiais novos ou seminovos, pintura em bom estado de conservação, revisado parte mecânica, elétrica e capotaria, garantia de 90 (noventa) dias para motor, caixa de marcha e diferencial, ADJUDICADO à contratada em decorrência do julgamento do Processo Licitatório nº 047/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, de acordo com a PROPOSTA e demais peças integrantes do respectivo EDITAL, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de TRANSCRIÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA DOS VEÍCULOS

2.1 - Os VEÍCULOS, objeto deste CONTRATO, deverão ser entregues no ALMOXARIFADO da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado a partir da expedição da NAF (Nota de Autorização de Fornecimento).

2.2 - Os VEÍCULOS serão recebidos pelo FISCAL DO CONTRATO juntamente com apresentação de toda documentação exigível ou que venham a ser exigidos de acordo com as normas constantes no CTB (Código de Transito Brasileiro).

2.3 - Os custos do transporte dos VEÍCULOS deverão estar incluídos na PROPOSTA, estando o Município isento de quaisquer ônus que venha a ser gerado.

2.4 - Ao Município de Itanhomi fica concedido o direito de adquirir os VEÍCULOS em datas diferentes, ou mesmo, adquirir apenas somente um VEÍCULO, caso seja este o interesse da Administração na ocasião.

2.5 - Será exigido que a empresa vencedora traga os veículos para avaliação em oficina mecânica indicada pelo Município de Itanhomi para realização de vistoria geral, visando ao atendimento das exigências do edital.

2.6 - Deverá estar à disposição para entrega imediata e transferência de documento sem qualquer impedimento para que o Município possa fazer uso de imediato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CNPJ/MF: 18.493.239/0001-06
Avenida JK, nº 91 - Centro - TELEFAX: (33) 3231-1345 / CEP: 35.120-000

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1 - O valor global deste CONTRATO é de R\$ _____ (_____
_____), conforme proposta apresentada pela CONTRATADA.

3.2 - No preço estão incluídas todas e quaisquer despesas da CONTRATADA, necessárias ao fornecimento do objeto deste CONTRATO de acordo com as normas estabelecidas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes deste CONTRATO correrão por conta de dotação orçamentária prevista e indicada no orçamento vigente deste município, conforme Lei Municipal nº 1.843 de 03 de novembro de 2020, sob os seguintes códigos:

4.1.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a)- Ficha 130: 02.05.01.12.361.0010.1009.449052-00 – Fonte: 1.01.00, 1.22.00, 1.47.00.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 - O pagamento dos VEÍCULOS será realizado pela Secretaria Municipal da Fazenda, pelo preço consignado na proposta apresentada pela CONTRATADA, da seguinte forma:

5.1.1 - Em moeda corrente do país;

5.1.2 - À VISTA, no ato da entrega dos VEÍCULOS, após a devida conferência e aceitação dos mesmos por servidor qualificado e protocolo da respectiva fatura junto à Secretaria Municipal da Fazenda;



5.1.3 - Mediante a apresentação dos documentos fiscais e tributários devidos, nos termos das legislações pertinentes em vigor, referente ao objeto licitado;

5.1.4 - Através de cheque nominal, boleto bancário, ficha de compensação, transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente da CONTRATADA;

5.2 - Caso, por culpa do Município, o pagamento da nota fiscal fatura não seja efetuado no prazo previsto no subitem **5.1.2**, será devida uma atualização monetária pela variação do IGPM, a partir do último dia em que a Prefeitura deveria ter efetuado o mesmo, até a data do efetivo pagamento. Será emitida, conseqüentemente, uma outra nota fiscal correspondente.

5.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados, sem ônus adicional para o Município.

5.4 - Somente após o cumprimento de todas as exigências contidas neste instrumento, será contado o prazo para a liberação do pagamento.

5.5 - O preço dos VEÍCULOS não sofrerão reajuste durante o período de vigência deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 - No caso de atraso de pagamento, por responsabilidade da CONTRATANTE, o preço será corrigido pela variação do IGPM, ou outro índice que vier a substituí-lo, calculado "pro-rata tempore" entre a data do vencimento e a do dia do efetivo pagamento. Será emitida, conseqüentemente, uma outra nota fiscal correspondente.

6.2 - A atualização do preço por atraso de pagamento só será feita nos casos em que ficar comprovada a responsabilidade da CONTRATANTE.



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

7.1 - São obrigações da CONTRATADA:

- a)- As responsabilidades resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b)- Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo CONTRATO firmado entre as partes;
- c)- Entregar os VEÍCULOS no tempo, lugar e forma estabelecidos neste CONTRATO;
- d)- Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;
- e)- Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento dos VEÍCULOS;
- f)- Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- g)- Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

7.1 - São obrigações da CONTRATADA:

- a)- As responsabilidades resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b)- Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste instrumento;
- c)- Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos VEÍCULOS seja executada na forma estabelecida neste CONTRATO;



- d)-** Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no processo de fornecimento dos VEÍCULOS;
- e)-** Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos VEÍCULOS;
- f)-** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- g)-** Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;
- h)-** Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva dos VEÍCULOS;
- i)-** Publicar no Órgão de Imprensa Oficial da União e Diário dos Municípios Mineiros, e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, o extrato do CONTRATO e suas possíveis alterações.

CLÁUSULA OITVA - DO CONTRATO

8.1 - Foram observados, na formalização deste CONTRATO, os dispositivos do artigo 55 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8.3 - O CONTRATO firmado com o Município não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem autorização da contratante por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

8.4 - Considerar-se-á executado o CONTRATO, com o integral cumprimento de suas cláusulas, caracterizado pelo fornecimento dos VEÍCULOS, dentro das normas estabelecidas.



8.5 - Os VEÍCULOS a serem fornecidos deverão obedecer rigorosamente às especificações técnicas constantes no ANEXO I do EDITAL convocatório.

8.6 - A existência de fiscalização não eximirá a CONTRATADA de nenhuma responsabilidade pelo fornecimento dos VEÍCULOS, objeto deste contrato, notadamente nos aspectos de qualidade, tempestividade, segurança e zelo.

8.7 - A CONTRATADA compromete-se a dar garantia de 90 (noventa) dias do motor, caixa de marcha e diferencial, com todos os assessorios obrigatórios previstos pela Lei de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA NONA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 - O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo sofrer alterações nos termos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que satisfeitas as exigências legais, regulamentares e previamente justificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO

10.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS

10.1 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos tributos atualmente incidentes sobre o objeto do presente contrato e/ou quaisquer alterações que venham a ocorrer, seja de alíquotas ou decorrentes de novos tributos, assim como, pelos encargos previstos no artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na entrega dos VEÍCULOS sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 0,1% (hum décimo por cento) sobre o valor global do CONTRATO, para cada dia de atraso, observado o limite máximo de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

12.1.1 - A multa de que trata o item anterior não impedirá a rescisão unilateral do contrato pela Prefeitura e à aplicação de outras sanções.

12.2 - Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a Prefeitura Municipal poderá aplicar à contratada as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

12.2.1 - Advertência;

12.2.2 - Multa meramente moratória, como previsto no item 12.1, ou multa penalidade de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão por causa imputável à contratada;

12.2.3 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município.

12.3 - As sanções estabelecidas nos itens 12.1.1 e 12.2.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.4 - A sanção prevista no item 12.2.4 é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, podendo ser aplicada juntamente com a do item 12.2.2 facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vista.

12.5 - As multas serão descontadas do pagamento devido e decorrente do respectivo contrato ou, em caso contrário, serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação administrativa, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.6 - Os valores das multas serão convertidos em INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) na data de sua aplicação e corrigidas mensalmente.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 - O CONTRATO conterà cláusula de RESCISÃO, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial e poderá ocorrer pelo seguinte:

13.1.1 - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados nos incisos de I a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

13.1.2 - Amigável, mediante consentimento da Autoridade Competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração;

13.1.3 - Pelo cumprimento irregular de suas cláusulas;

13.1.4 - A negligência em seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a incapacidade da CONTRATADA para entregar os VEÍCULOS, objeto deste contrato;

13.1.5 - O atraso da entrega do objeto sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

13.1.6 - A cessão ou transferência do CONTRATO a outra empresa, sem a prévia e expressa autorização da Administração;

13.1.7 - O desatendimento reiterado das determinações da Administração;

13.1.8 - O cometimento reiterado de falhas na sua execução, registrada pela Administração;

13.1.9 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;

13.1.10 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa;

13.1.11 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato;

13.1.12 - Fornecimento de VEÍCULOS que não atendam às especificações técnicas exigidas ou de procedência duvidosa;



13.1.13 - Se a contratada se conduzir dolosamente e a contratante perceber que a mesma não conseguirá cumprir o contrato satisfatoriamente.

13.2 - Além das hipóteses anteriores, poderá o Município rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, concordata, dissolução, insolvência da empresa contratada e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

13.3 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas em Lei.

13.4 - Ocorrendo a RESCISÃO DO CONTRATO, será observado e aplicado o disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1 - A CONTRATADA assumirá, automaticamente, ao firmar contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao Município ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução deste contrato, decorrentes de culpa ou dolo da contratada ou de qualquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REGÊNCIA DO CONTRATO

15.1 - O presente CONTRATO reger-se-á pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ANEXOS

16.1 - Fazem parte integrante deste CONTRATO, a PROPOSTA da contratada constante do Processo Licitatório nº 047/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021, o EDITAL convocatório e seus ANEXOS.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - As partes CONTRATANTES elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda do presente CONTRATO, o foro da Comarca de Itanhomi-MG, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas e contratadas, firmam as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento, elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para produzir todos os efeitos legais e resultantes de direito, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, ____ de _____ de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG
Dr. RAIMUNDO FRANCISCO PENAFORTE
Contratante

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada

TESTEMUNHA 1 – CPF Nº:

TESTEMUNHA 2 – CPF Nº: